

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
O intelectual e o desmonte do Estado: a atuação do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira à frente da Reforma “Gerencial” do Estado Brasileiro (1995-1998)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Leonardo Leonidas de Brito	Universidade Federal Fluminense	UFF	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>A crise do Estado brasileiro, a partir dos anos 1980, teve entre seus mais difíceis legados a construção (e consolidação) de uma ambiência social e política conservadora (neoliberal), que se tornou hegemônica no decênio seguinte, culminando com o desmonte, privatizações e redução da capacidade regulatória deste mesmo Estado. As temáticas “crise” e “reforma” do Estado ganharam contornos de pontos substanciais da agenda política dos países da América Latina ainda em meados da década de 1980. Atingidos pela crise da “dívida externa” e pelo esgotamento do padrão de desenvolvimento econômico e industrial desenvolvimentista, adotado na região desde os anos 1930, a temática se impôs no debate intelectual e político.</p> <p>O texto em questão parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, se apresenta como uma tentativa de análise histórica da atuação do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira à frente do Ministério da Reforma do Estado Brasileiro (MARE), entre janeiro de 1995 e dezembro de 1998, período que compreende em sua totalidade o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. O objetivo primacial desta comunicação centra-se na análise do papel do economista Luiz Carlos Bresser Pereira como um dos principais formuladores e executores, no Brasil, dos diagnósticos e postulados da Reforma “Gerencial” (neoliberal) do Estado Brasileiro proposta à época. Como fontes documentais necessárias para comprovação das hipóteses sugeridas lanço mão do corpo de documentos expedidos pelo MARE acerca da temática, em especial a publicação Cadernos do MARE. Periódico oficial do referido ministério, circulante entre agosto de 1997 e dezembro de 1998, e que representara a principal publicação desta agência do Estado Brasileiro para difusão dos postulados desta reforma “gerencial” do Estado.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Reforma do Estado, Neoliberalismo, intelectuais orgânicos.			
ABSTRACT			
<p>The crisis of the Brazilian State, from 1980, had among its most difficult legacy construction (and consolidation) of a social environment and political conservative (neoliberal), which became hegemonic in the following decade, culminating in the dismantling, privatization and reducing the regulatory capacity of the same State. The thematic "crisis" and "reform" the state gained substantial points of contours of the political agenda of countries in Latin America still in the mid-1980s. Hit by the crisis of the "debt" and the depletion pattern of economic development and industrial developmental, adopted in the region since the 1930s, the theme was imposed in intellectual and political debate.</p> <p>The text in question part of an ongoing doctoral research, is presented as an attempt at historical analysis of the role of the economist Luiz Carlos Bresser-Pereira in front of the Ministry of Management and Reform State between January 1995 and December 1998 period comprising in its entirety the first government of Fernando Henrique Cardoso. The purpose of this communication primacial focuses on analyzing the role of economist Luiz Carlos Bresser-Pereira as a leading formulators and executors, in Brazil, diagnosis and postulates of the Reformation "Management" (neoliberal) state Brazilian proposal at the time. Documentary sources as necessary to prove the hypotheses suggested I draw the body of documents issued by MARE about the theme, in particular the publication of books MARE. Official journal of the said ministry, circulating between August 1997 and December 1998, which represented the main publication of the Brazilian State agency for dissemination of this reform postulates "managerial" state.</p>			
KEYWORDS			
Reform of the State, Neoliberalism, organic intellectuals.			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, Marxismo e o Estado			

“Os partidos elaboram seus próprios intelectuais; aliás, os partidos contribuem para fornecer os intelectuais ao Estado”.

(GRUPPI,
Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Graal. 4ª edição. São Paulo. 2000).

“... ele (David Osborne) não entende nada de Brasil, mas entende de reforma do Estado.”

(Bresser Pereira ao ser inquirido pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados após sugerir publicamente a contratação pelo governo brasileiro do consultor do governo Bill Clinton, David Osborne, para auxiliá-lo no projeto de Reforma e Reestruturação do Estado brasileiro elaborado pelo MARE – Março, 1995).

As epígrafes apresentadas acima, ao mesmo tempo em que servem como ponto de partida para a nossa reflexão, são também um esboço do nosso argumento primacial em torno da relação

entre intelectuais e sua atuação na sociedade política e da parolagem (difundida como apoio de amplos setores da imprensa brasileira) em torno da falência do Estado e, por conseguinte, da necessidade de se repensar os termos da atuação deste Estado tanto na esfera propriamente econômica, quanto na sociedade civil em geral. A crise do Estado brasileiro teve entre seus piores legados, a construção (e consolidação) de uma ambiência social e política conservadora (liberal), hegemônica na década passada, e que culminou com o desmonte e redução da capacidade regulatória deste mesmo Estado.

1-O intelectual e a construção da Hegemonia:

Para dar cabo da exposição do nosso argumento, se fará necessária a importação de algumas categorias gramscianas, por entendermos que as mesmas servem como instrumentos de análise de alguns aspectos da realidade brasileira recortada por nós neste artigo.

Uma destas categorias mais caras a nossa análise é a noção de intelectual amplamente trabalhada pelo teórico italiano em seu segundo volume dos *Cadernos do Cárcere* (GRAMSCI, 2004). Mais do que esboçar a tipificação de intelectuais [intelectuais tradicionais – intelectuais orgânicos] realizada por Gramsci na obra citada, o que nos chama mais atenção é o papel político exercido por estes intelectuais para construção da hegemonia de um determinado grupo social, classe ou fração de classe. A melhor expressão que delimita a noção sobre o papel político e ideológico destes intelectuais é a que afirma que estes são “os mediadores do consenso”. Essa, de fato, é uma justa interpretação das ideias do teórico italiano, embora não se encontre *ipsis literis* em seus textos. (Gruppi, 2000). Para Gramsci, é função do intelectual “dar homogeneidade e consciência da própria função a um determinado grupo social”. (GRAMSCI, 2002). Esses devem ser entendidos como “‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é; do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua posição no mundo da produção” (GRAMSCI, 2004, p.21). Vale grifo, ainda, que o destaque que Gramsci concede ao problema dos intelectuais, deriva, segundo Gruppi, “diretamente do destaque que tem ele para o problema da hegemonia”. Esta, entendida como capacidade de direção assumida por uma determinada classe ou fração de classe:

“A burguesia, em condições de hegemonia, solidarizaria o Estado com as instituições dirigentes da ação, produção e reprodução dos valores sociais, conformando essa realidade conceitual denominada por Gramsci de *Estado ampliado*.” (Vianna, 2000. p. XIII).

No Brasil, no bojo desta “guerra de posição”, está a categoria mais influente dos intelectuais: os economistas. De fato, na esfera pública, desde os grandes debates acerca dos modelos de (sub) desenvolvimento que foram adotados no país desde a década de 50 foi esta parcela de intelectuais que melhor vocalizou as tensões, projetos e perspectivas em debate. “São deles, como bem afirma Werneck Vianna, que partem, em suas múltiplas formas de intervenção sobre a opinião pública, a mais aguda reflexão sobre o estado das coisas atuais e precisa fixação dos temas que compõem a agenda política nacional.”¹ Bresser Pereira se situa, precisamente, nesta descrição por ter construído ao longo dos últimos quarenta anos uma sólida e respeitável carreira acadêmica, mas por ter se tornado também um intelectual com destacada atuação na cena política brasileira nas décadas de 1980 e 1990.

2- Bresser Pereira: entre a universidade e a política.

Detentor de uma sólida carreira acadêmica, Luis Carlos Bresser Pereira iniciou sua vida profissional como professor universitário ainda nos anos 50, na Fundação Getúlio Vargas – SP. Nesta instituição, na qual permanece vinculado até hoje, ministrou diversos cursos nas áreas de administração, economia e ciências sociais. Seu contato com universidades estrangeiras iniciou-se já no início da década seguinte, quando concluiu o curso de pós-graduação em Administração de Empresas pela *Michigan University* nos EUA. De volta ao Brasil, em 1962, tornou-se professor assistente na FGV, alcançando, ainda no mesmo ano a condição de professor adjunto desta instituição. Após concluir seu doutoramento na Universidade de São Paulo em 1972, passou a lecionar no departamento de planejamento e análise econômica da FGV-SP já na condição de professor titular. Desde então passou a frequentar, como professor e pesquisador visitante, renomados programas de pós-graduação em diversas universidades e instituições mundo afora, dentre as de maior destaque a Universidade de Paris I (Phantheon Sorbonne), no *Institute pour le Développement Economique et Social* no final da década de 80; na *École d’ Hautes Etudes en Sciences Sociales*, também em Paris, já no início dos anos 90 e na *Oxford University* na qual foi pesquisador visitante-associado no *Centre for Brazilian Studies*, em 1999 e 2001. No Brasil, Bresser Pereira além de suas atividades na FGV e na USP (nesta última defendeu tese de livre

docência), presidiu a Sociedade de Estudos Econômicos Sociais e Urbanísticos (SESU) entre 1977 e 1984. Esta instituição civil serviu como órgão auxiliar do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), que reuniu na década de 1970 nomes como os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira. Entre 1976 e 1988 colaborou de forma regular com o diário *Folha de São Paulo*, no qual publicou semanalmente artigos sobre assuntos econômicos conjunturais.ⁱⁱ

No meio empresarial, em fins da década de 80, integrou a direção do Grupo Pão de Açúcar e teve destacada atuação junto a umas das mais importantes Federações “patronais” do país, a FIESP, em seu Conselho Superior de Economia.

Na cena política, Bresser Pereira começou a se destacar nos últimos anos da ditadura militando ativamente pelo PMDB no qual foi membro até 1988, quando ocorrera a dissidência que deu origem ao PSDB. Nesta mesma década ocupou seus primeiros cargos de importância no segundo e primeiro escalão do governo Franco Montoro, sendo em março de 1983, nomeado diretor-presidente do Banco do Estado de São Paulo e em maio de 1985 chegou à condição de titular da Secretaria Estadual de Governo de São Paulo ainda na gestão peemedebista de Montoro.

O engajamento na vitoriosa campanha ao governo do Estado do então vice-governador Orestes Quércia em novembro do ano seguinte lhe rendeu, em março de 1987, a nomeação na pasta estadual de Ciência e Tecnologia, cargo que permaneceu por apenas um mês, quando fora convidado pelo então presidente da República José Sarney para ocupar o Ministério da Fazenda. Bresser ocupava aquela que, sem dúvida, era a agência mais importante do Estado brasileiro, no centro das atenções da imprensa e da sociedade civil em geral. Substituíra, naquele contexto, Dílson Funaro desgastado pelo fracasso do “Plano Cruzado” e pelo surto inflacionário sem precedentes que jogava a economia brasileira em forte recessão, corroía salários e a já instável popularidade do governo Sarney perante a opinião pública nacional.ⁱⁱⁱ

Ao ser empossado, Bresser defendeu a formulação de um plano econômico baseado em metas mensais e trimestrais e que obedeciam rigorosamente recomendações do Fundo Monetário Internacional, com exceção apenas para a prioridade que concedia para o crescimento da economia brasileira, em detrimento às metas de superávits primários estabelecidas pelo Fundo. Comprometeu-se também diante dos credores da dívida externa brasileira a realizar um rígido controle dos gastos públicos, a manter o “gatilho salarial” (mecanismo que reajustava os salários quando a inflação superava o patamar dos 20%) e a moratória da dívida externa decretada pelo governo Sarney em meados do ano anterior. Com a escalada inflacionária, em junho de 1986, o então ministro anunciou mais um pacote de medidas de caráter heterodoxo que ficou conhecido como “Plano Bresser”, que

congelava salários, preços e aluguéis por um período de três meses, além de desvalorizar a moeda – o Cruzado- em relação ao dólar e substituía o “gatilho salarial” por um novo indexador a Unidade de Referência de Preços (URP), equivalente à média de elevação do Índice de Preços para o Consumidor (IPC). O fracasso das medidas de contenção da espiral inflacionária levou ao desgaste de Bresser Pereira diante da sociedade civil. Sem o apoio de seu partido e do próprio presidente Sarney, Bresser foi demitido do Ministério da Fazenda no apagar das luzes do ano de 1987. (Santos 2006).

No cenário político, em fins daquela que ficou conhecida com a “década perdida”, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) sofrera um racha que culminou com o advento do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Bresser Pereira acompanhando esta dissidência figurou entre os membros fundadores da nova agremiação ao lado de figuras públicas como Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso. Teorizando e participando daquilo que qualificava (e qualifica até hoje) como “terceira via”, Bresser exerceu não apenas um papel de formulador de orientações políticas do novo partido, mas também de atuação como dirigente, sendo membro do diretório nacional, entre 1988 e 1995, membro da comissão executiva entre 1988-1991 e 1994, Tesoureiro da campanha de Fernando Henrique Cardoso ao Palácio do Planalto em 1994 e presidente do Comitê financeiro da campanha à reeleição em 1998.

Vitoriosa a campanha presidencial do ex-senador e ex-ministro FHC em 1994, se abriram as portas para a implementação de um ambicioso plano de “reestruturação” do Estado brasileiro (leia-se desmonte), plenamente inserido num modelo político-econômico que possuía como pressuposto fundamental a “minimização” da esfera de atuação do setor público estatal. Neste sentido, o economista Bresser Pereira possuiu papel chave, com a clara função de sistematizar os termos desta reforma, alcunhada de *reforma gerencial* do Estado. Bresser teve uma atuação orgânica direta, formuladora e executora da reforma que vinha, naquele momento, como resposta à “ineficiência” e “inépcia” do Estado brasileiro. Obviamente, o “profeta” não pregava sozinho, mas se inseria numa ampla aliança tecnoburocrática internacional. Tal aliança pôde ser comprovada se observarmos o esforço conjunto de mais de vinte países reunidos no *Centro Latino Americano de Administração e Desenvolvimento* (CLAD), entidade que elaborou em fins dos anos noventa um abrangente documento que estabelecia diretrizes gerais para uma ampla reestruturação dos Estados Latino-americanos.^{iv} Também conhecido como *Declaração de Madrid*, o documento do CLAD seguia paradigmas já formulados por agências multilaterais como o Banco Mundial, que orientava e abria inclusive possibilidades de financiamento para as altas burocracias estatais (latino-americanas, em especial) que elaborassem planos de reestruturação de seus respectivos Estados.^v

3- A Reforma do Estado Brasileiro: o Estado “Social Liberal”.

No Brasil, o Estado “Social Liberal” defendido pelos informes do Banco Mundial, foi, de fato, preconizado no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. Apesar das resistências pontuais e muitas vezes históricas das esquerdas, o desmonte da esfera pública estatal, executado sobre o signo da “reforma” foi efetivamente realizado entre 1995 e 1998. Os fundamentos básicos desta reforma, nos parece, foram seguidos à risca: privatização, publicização e terceirização. Neste contexto, o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), instituído pela medida provisória nº 813 de 01 de janeiro de 1995, está situado no centro desta análise, à medida que se colocou como a principal agência do Estado responsável pela elaboração e execução dos termos de tal reforma.^{vi}

A reforma do Estado brasileiro tal qual formulada pelo MARE tem como marco político, no Congresso Nacional, a proposta de Emenda Constitucional nº 173 apresentada pelo então deputado Moreira Franco (PMDB-RJ), em agosto de 1995. Houve no decorrer da tramitação da PEC nº 173 algumas controvérsias públicas entre Bresser Pereira, titular do MARE, e Moreira Franco, relator da emenda na Câmara dos deputados, dentre elas, a principal dizia respeito ao fim da estabilidade do funcionalismo público. Tal ponto, arduamente defendido por Bresser foi retirado do parecer do relator após violenta reação das centrais sindicais e da bancada de centro esquerda no Congresso, ligada a estas centrais. No entanto, apesar dos aguçados debates, o governo, detentor de maioria parlamentar no Congresso, obteve ampla vitória podendo dar prosseguimento à reestruturação e ao novo modelo de Estado que se postulava naquela conjuntura.^{vii} Os documentos que podem ser considerados marcos iniciais do esforço governamental pela reforma são *O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* elaborado pelo MARE e aprovado pela chamada *Câmara da Reforma do Estado*, presidida pelo então ministro chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, pelos ministros Paulo Paiva, Pedro Malan, José Serra, General Benedicto Leonel titulares das pastas do Trabalho, Fazenda, Saúde e do Estado Maior das Forças Armadas, respectivamente. Além, evidentemente, de contar com a participação direta de Bresser Pereira, titular do MARE. Tal “grupo de trabalho” fora constituído já nos primeiros meses de 1995, ficando responsável pela elaboração do referido “Plano” até o final daquele ano. Aprovado após ampla discussão entre os membros da *Câmara Setorial*, em setembro de 1995 e após sanção presidencial, fora finalmente divulgada em

novembro daquele corrente ano. Esboçando os pontos cruciais da proposta do governo, o documento era o ponto de partida para a discussão sobre a reestruturação do Estado brasileiro.

Cerca de dois anos mais tarde, o próprio MARE, procurando consolidar a discussão sobre a reforma entre os diversos segmentos da sociedade civil, inicia uma publicação periódica sobre as atividades do Ministério. *Os Cadernos do MARE* em seu número inaugural retornavam à discussão sobre a reforma do Aparelho de Estado, exibindo com muita clareza os postulados de tal “reforma da gestão pública”, como fora qualificado pelo ministro Bresser. Na primeira seção do artigo, Bresser exhibe seu diagnóstico sobre a “grave Crise dos anos oitenta”, associando-a, invariavelmente, à crise do Estado, neste sentido, afirmava: “o Estado entra em crise, pois perde em graus variados o crédito público, ao mesmo tempo, em que vê a sua capacidade de gerar poupança forçada diminuir, senão desaparecer, à medida que a poupança pública que era positiva vai se tornando negativa. Em consequência a capacidade de intervenção do estado se reduz drasticamente. O Estado se imobiliza.” (BRESSER. 1997. P.12). Segundo esta perspectiva, o Estado que outrora era visto como fator gerador do desenvolvimento econômico se transformava agora em obstáculo em função dos mencionado “imobilismo”. Paralelamente, segundo Bresser, o processo de globalização impunha “uma pressão adicional para a Reforma do Estado”. Em outras palavras, o Estado deveria se modernizar a fim de responder aos “novos desafios colocados pela globalização econômica”.^{viii} Neste contexto, o Estado deveria se tornar “mais eficiente e também mais barato na realização de suas tarefas, para assim aliviar os seus custos sobre as empresas nacionais que concorrem internacionalmente (BRESSER. 1997. P.14)”. no argumento do ex-ministro pode-se perceber a noção de que a reforma do Estado sugerida está associada plenamente ao modelo de inserção econômica dependente do país ao capitalismo internacional. A reforma – “modernização”-do estado era entendida como condição essencial para colocar o Brasil “no compasso do mundo”, como tantas vezes repetiram os próceres da modernização regulada pelo Mercado hegemônica na década passada.^{ix}

Ainda discorrendo sobre os diagnósticos e saídas para a crise do Estado, Bresser Pereira apontou os setores que, de forma diferenciada, teriam elaborado algum tipo de resposta à crise. Tais grupos são assim denominados: “esquerda tradicional”, “centro esquerda pragmática”, “centro direita pragmática” e “direita neoliberal”, ao tecer críticas sobre todos eles, “investe pesadamente nos setores da ‘esquerda tradicional’, denominando-os de arcaicos e populistas” (SIMMIONATO. 2005. P.15). Bresser se identifica com o que chama de “centro esquerda pragmática”, social democrática ou social liberal, grupo que segundo ele, teria diagnosticado com precisão a “Grande Crise” da década de oitenta como uma “Crise do Estado Social Burocrático” construído no Brasil na década de 1930, e adotando, por conseguinte, as propostas da “centro direita pragmática”, visando

a rigorosa obediência aos fundamentos macroeconômicos ortodoxos; “ajuste fiscal, políticas monetárias apertadas, preços de mercado, taxas de juros positivas, mas moderadas e taxas de câmbio realistas, bem como a realização de reformas orientadas para o Mercado”. (BRESSER. 1997. P.16). Simbolicamente, Bresser propõe, ao invés do “Estado mínimo” tal qual postulado pela “direita neoliberal”, a “reestruturação do Estado”, que implementasse na Administração Pública a “ideologia da gestão de resultados” e que significava, também, modificar efetivamente o papel do Estado no tocante ao desenvolvimento econômico. ^x Na prática, esta reorientação do papel do Estado seguiu na direção da minimização de sua ação reguladora, transferindo, por exemplo, funções e serviços públicos oferecidos outrora exclusivamente pelo Estado para o que qualificou como “setor público não estatal”. Caberia também, a implementação de uma “administração pública gerencial” orientada pelos princípios da eficiência norteadores da iniciativa privada. Estes são os motes para a superação do Estado “Social Burocrático” em crise desde os anos oitenta.

Para o ex-ministro, as “elites internacionais, após breve hesitação, teriam percebido em meados nos anos noventa que a tese da ‘reconstrução do Estado’ estaria correta e que instituições multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento tornariam o apoio às reformas como prioritários (BRESSER. 1997. P.17). Na agenda internacional, reformar o Estado (estritamente os periféricos) tornou-se questão de prioridade. “Reforma do Estado” e “ajuste estrutural”, expressões distintas que se fundiam numa mesma semântica: o desmonte do setor público estatal (o fim do Estado desenvolvimentista – interventor).

Em suma, de acordo com o exposto por Bresser, quatro são os componentes da reforma do Estado que são apontados distintamente:

- **Delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho, principalmente em termos de pessoal, através de programas de privatização, terceirização e “publicização”** (este último refere-se à transferência para o “setor público não estatal” de serviços sociais e científicos prestados pelo Estado).
- **Redução do grau de interferência do Estado na atividade econômica através de programas de desregulação, que ampliariam os mecanismos de controle via Mercado.** Nesta lógica, o Estado ao invés de protetor da economia nacional, criando reservas de mercado, proveria meios para a ampliação de da competição do país a nível internacional.
- **Aumento da governança do Estado, isto é, da sua capacidade efetiva de fazer valer as suas decisões de governo, através de ajustes fiscais (leia-se redução de investimentos, gastos correntes, e aumento de impostos) que devolveriam a autonomia financeira do**

Estado, bem como a realização de uma reforma administrativa que visaria substituir a burocracia estatal por uma “administração pública gerencial”. No centro do esforço de “reestruturação administrativa” do Estado estava, necessariamente, o fim da estabilidade do funcionalismo público. Prerrogativa que, para Bresser Pereira, orientava toda a proposta de reforma da esfera pública estatal.

- **E, por último, mas não menos importante, o aumento da governabilidade, entendida como a capacidade do governo de mediar conflitos entre os diversos segmentos da sociedade civil, ou simplesmente poder de governo. O aumento da governabilidade ocorreria através da ampliação da *accountability* (responsabilização dos governantes, segundo Bresser) favorecida pelo “aperfeiçoamento dos mecanismos da democracia representativa”.** (BRESSER. 1997. PP 18-19).

Observados os componentes da reforma do Estado proposta pelo MARE, a partir desta, quais seriam estritamente as funções do Estado? O Estado e suas funções elementares estariam dispostos da seguinte maneira: *núcleo estratégico* (compreendendo os poderes constitucionais - Legislativo Executivo e Judiciário, além do Ministério Público); *atividades estatais exclusivas* serviços onde apenas o Estado poderia lançar mão (executar, fiscalizar e regulamentar) e *serviços não exclusivos*, produção de bens e serviços que poderiam sair da esfera pública estatal, sendo transferidos para o que Bresser chama de setor público não estatal e alguns até mesmo privatizados já que podem ser percebidos como atividades competitivas, podendo ser controladas pelo Mercado. (SIMMIONATO. 2005. P.5)

É justamente no campo dos *serviços não exclusivo que se encontra o mote da reforma “social liberal”* proposta por Bresser, ao partir do pressuposto que serviços outrora oferecidos pelo setor público estatal podem ser “publicizados”, ou seja, transferidos para a esfera pública não estatal. Isto é, organizações sociais que seriam tipificadas, pelo governo, como entidades públicas de direito privado. Aquilo que os próceres da “publicização” do Estado chamam de “Terceiro Setor”. Em diversos momentos, Bresser trata da importância de tais organizações na oferta de serviços e atividades que se encontrariam na esfera de *serviços não exclusivos* do Estado. Não exclusivos porque, de certo, podem ser “publicizados”, ou seja, transmigrados para ONG’s e outras entidades do “Terceiro Setor” através de contratos de gestão com o Estado, sendo financiadas parcial ou integralmente pelo orçamento público. A título de exemplo, cita-se como instituição que se adapta perfeitamente a esta lógica, a rede Sarah Kubitschek de hospitais de reabilitação que “sozinha recebe mais recursos do Sistema Único de Saúde do que quinze unidades da federação”.

(SIMMIONATO. 2005. P. 6). Igualmente, ainda no campo dos *serviços não exclusivos*, a *produção de bens e serviços para o mercado* pode ser “desestatizada”, já que se constituem atividades competitivas e que podem ser exploradas plenamente pela iniciativa privada. Sob esta lógica, a reforma proposta pelo MARE tem como alvo principal a “quebra” do monopólio estatal em atividades relacionadas à infraestrutura e bens de produção. Também a título de exemplo podemos citar a privatização das “Teles” executada entre 1995 e 1998 sob o signo da “reestruturação” do Estado levada a cabo naquela conjuntura. ^{xi}

4 – A Guisa de Conclusão:

A crise econômica brasileira nas décadas de oitenta e, em especial de noventa, foi predominantemente interpretada tendo como ponto de origem a crise do Estado. Parte significativa da intelectualidade brasileira, com destaque àquela parcela mais influente os economistas cederam, de forma geral, a uma interpretação liberal à crise do Estado desenvolvimentista edificado no Brasil, a partir da década de 1930. Como resposta à crise, se construiu um “consenso” em torno na necessidade de se reestruturação deste Estado “Social Burocrático” falido e incapaz de responder às demandas de um mundo globalizado. O que, de fato, ocorreu no Brasil, na década passada, foi a edificação de um Estado “Social Liberal” (traduz-se neoliberal) e o efetivo desmantelamento do setor público estatal. A ambiência social conservadora dos anos noventa, além de promover a reformulação do papel regulador do Estado - este deixando de atuar como agente direto do desenvolvimento e passando a agir como “sócio”, elemento catalisador e impulsionador do crescimento econômico, segundo as palavras de Bresser Pereira. Não obstante é neste contexto que se insere a intervenção política daquele que, a nosso ver, é o principal ideólogo desta reestruturação do Estado brasileiro. Bresser, atuando simultaneamente na sociedade civil e na sociedade política foi capaz de dar organicidade e sistematizar na realidade brasileira um corolário que vaticinava o Estado interventor – monopolista então em voga no Brasil. Cumpre de certo o papel pleno do intelectual, o de imprimir e universalizar uma dada visão da realidade concreta que, na prática, é parcial. Representa as demandas e interesses políticos (e ideológicos) conscientes de um determinado grupo social no processo de construção de sua própria hegemonia.

A chegada ao poder, pelas vias democráticas, do Partido da Social Democracia Brasileira nos em meados da década de noventa abriu as portas para a execução das interpretações

conservadoras em torno da crise do Estado. O esforço e o caráter prioritário empreendido para a realização da Reestruturação planejada ficam evidentes na organização de uma *agência* no primeiro escalão da administração estatal; o MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado). A nomeação de Bresser Pereira como titular da pasta, durante todo o seu período de existência, é o reconhecimento do prestígio e do esforço deste economista em teorizar sobre os problemas e de discorrer sobre as “saídas possíveis” da crise, naquela conjuntura.

No tocante à reforma do Estado tal qual proposta por Bresser vale, ainda, registrar a ênfase atribuída ao papel da sociedade civil. Mas como é percebida esta sociedade civil? Sem dúvida, sob a ótica do capital, “à medida que é composta por aqueles que estão incluídos no Mercado e este se constitui o *ethos* fundamental da democracia para os próceres do modelo político-econômico hegemônico na década passada”. (SIMMIONATO. 2005. P.8). Mas a rigor, e os que estão excluídos do Mercado? Estão fadados à exclusão? De fato, este é o efeito mais perverso produzido pela ambiência social conservadora (liberal) na década de noventa: a segmentação da cidadania que, no limite, aponta para o aprofundamento das desigualdades e condiciona invariavelmente à barbárie - a barbárie neoliberal.

ⁱ “A Sucessão de Lula e o Retorno do Nacional Popular”. Aula proferida pelo professor Luiz Werneck Vianna no IUPERJ no dia 26 de março de 2008. Texto reproduzido pela Revista eletrônica “Gramsci e o Brasil”. Neste texto o sociólogo Luiz Werneck Vianna tece interessantes considerações sobre a construção de um “Estado de compromisso” no atual governo Lula e a diluição das controvérsias executada pela própria engenharia política do atual governo. Vianna aponta com bastante clareza o importante papel exercido pelos economistas - a principal categoria de intelectuais- na vocalização das controvérsias expostas no debate político – econômico do país. Embora, a análise de Vianna seja sobre a conjuntura atual, sua percepção acerca do papel dos economistas nos parece bastante pertinente para situar a atuação de Bresser Pereira à frente de Agências nas quais foi titular. Ministério da Fazenda, na década de 1980, Ministro da Administração e Reforma do Estado e Ministro da Ciência e Tecnologia nos anos 1990.

ⁱⁱ Para detalhes da biografia de Bresser Pereira; verbete *PEREIRA, Luis Carlos Bresser* no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas – DHBB – FGV de autoria do pesquisador Joaquim Justino dos Santos. Ver também o currículo apresentado pelo próprio Bresser em seu site [www. bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br).

ⁱⁱⁱ Preciosas considerações acerca dos chamados “Planos econômicos heterodoxos” da 2ª metade da década de oitenta foram feitas pelo economista Paul Singer na imprensa brasileira e, posteriormente, reunidos em livro. SINGER, Paul. *O Dia da Lagarta - Democratização e conflito distributivo no Brasil do Cruzado*. Editora Brasiliense. São Paulo. 1987.

^{iv} *Uma Nova Gestão Pública para América Latina – documento do CLAD*. 14 de outubro de 1998. Documento elaborado pelo conselho científico do CLAD no qual figurava como presidente ninguém menos do que Luis Carlos Bresser Pereira.

^v Para maiores detalhes, o informe do Banco Mundial para o desenvolvimento econômico publicado em 1997 é o documento mais emblemático e que comprova a nossa afirmação. O documento em questão é muito claro quanto ao caráter da reforma a ser implementada: “Un Estado eficaz es imprescindible para poder contar con los bienes e servicios – y las normas e instituciones – que hacen posible que los mercados prosperen BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial*. 1997.

^{vi} O MARE foi extinto após o êxito da reestruturação planejada, pela Medida Provisória nº 1795 de 01-01-1999 e suas atribuições foram transferidas para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Uma pesquisa rápida no *web site* do Ministério do Planejamento permite tal afirmação.

vii A Emenda da “Reforma da Gestão Pública” ou da “Administração Pública” como ficou conhecida, foi definitivamente aprovada em 1998 como a “Emenda 19”. Existiu ainda uma exposição de motivos feita por Bresser Pereira, já à frente do MARE, em agosto de 1995 apresentado como anexo a esta Emenda Constitucional. *Exposition of Motives for the Administration Constitutional Amendment*. Brasília, 11 de agosto de 1995.

viii Fernando Henrique Cardoso publicava também em 1996 suas considerações acerca do papel do Brasil naquela “nova economia global”. CARDOSO, Fernando Henrique *Relações Norte e Sul no Contexto Atual. Uma nova dependência?* In BAUMANN, Renato (Org). *O Brasil e a Economia Global*. Campus Editora. Rio de Janeiro. 1996. Seria a teoria da dependência revisitada? A pergunta foi feita por mim ao professor José Luis Fiori, um dos maiores críticos da leitura liberal à crise do Estado desenvolvimentista brasileiro. Para mais detalhes acerca desta crítica: FIORI, José Luis. *O vôo da coruja - uma crítica não liberal à crise do Estado desenvolvimentista-*. Eduerj. Rio de Janeiro. 1995. Apresentado originalmente como tese de doutoramento na USP em 1985.

ix Entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao programa *Roda Viva* da TV Cultura de São Paulo, exibida em 06 de fevereiro de 2006. Tal expressão foi a resposta do ex-presidente ao ser perguntado sobre as “desestatizações” realizadas em seus dois governos.

x A expressão “ideologia de gestão de resultados” foi utilizada originalmente pelo então ministro do Planejamento Guilherme Dias, em Seminário sobre o Balanço da Reforma do Estado no Brasil: A Nova Gestão Pública, realizado em Brasília – 06-08 de outubro de 2002. Ver *Balanço da Reforma do Estado no Brasil: A nova gestão pública*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Dezembro de 2002. Este seminário contou também com a participação de Bresser Pereira que tratou sobre o tema “Resposta Estratégica aos Desafios do Capitalismo Global e Democracia”.

xi Para uma análise detalhada do processo de privatização das “Teles” no Brasil: FILHO, José Eduardo Pereira. *A Privatização das Teles* In D’INCAO, Maria Ângela (org) *O Brasil não é mais aquele... Mudanças Sociais após a Redemocratização*. Cortez. São Paulo. 2001.

Referências Bibliográficas:

CARDOSO, Fernando Henrique *Relações Norte e Sul no Contexto Atual. Uma nova dependência?*
In BAUMANN, Renato (Org). *O Brasil e a Economia Global*. Campus Editor. Rio de Janeiro. 1996

FILHO, José Eduardo Pereira. *A Privatização das Teles* In D’INCAO, Maria Ângela (org) *O Brasil não é mais aquele... Mudanças Sociais após a Redemocratização*. Cortez. São Paulo. 2001.

FIORI, José Luis. *O vôo da coruja - uma crítica não liberal à crise do Estado desenvolvimentista-*.
Eduerj. Rio de Janeiro. 1995. Apresentado originalmente como tese de doutoramento na USP em 1985.

GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Graal. 4ª edição. São Paulo. 2000.

SIMMIONATTO, Ivete. *Crise, Reforma do Estado e Políticas Públicas: implicações para a Sociedade Civil e Profissão*. Revista de Ciência Política Gramsci e o Brasil. 2005.

SINGER, Paul. *O Dia da Lagarta - Democratização e conflito distributivo no Brasil do Cruzado*. Editora Brasiliense. São Paulo. 1987.

VIANNA, Luis Werneck. *A Sucessão de Lula e o retorno do Nacional Popular*. Revista Gramsci e o Brasil. Março – 2008.

Documentos (Fontes primárias)

BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial*. 1997.

MARE. *Exposition of Motives for the Administration Constitutional Amendment*. Brasília, 11 de agosto de 1995.

CADERNOS DO MARE. *A Reforma do Estado dos anos 90. Lógica e Mecanismos de Controle*. Volume 1. 1997.

CLAD. *Uma Nova Gestão Pública para América Latina*. 14 de outubro de 1998.